

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT01.078

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFMA CAMPUS SÃO LUÍS MARACANÃ: EXPERIÊNCIAS EXITOSAS

Flávia Alexandra Pereira Pinto¹

RESUMO

A extensão curricularizada está prevista no Plano Nacional de Educação de 2014-2024 (PNE), que tem como uma de suas estratégias assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação para áreas de grande pertinência social. Em consonância com o PNE, o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) regulamentou a curricularização da extensão através da Resolução CONSUP/IFMA nº 32 de novembro de 2021, que no art. 13 prevê como um de seus princípios a “efetividade dos impactos social e acadêmico dos cursos, com promoção à inserção territorial”. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura do IFMA Campus São Luís Maracanã preveem que as atividades de extensão para fins de curricularização deverão garantir que todos os(as) estudantes atinjam a carga horária mínima esperada, com a participação por grupos ou individualmente. Esse artigo apresenta os resultados das últimas experiências das Atividades Curriculares de Extensão realizadas dos cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias e Licenciatura em Educação do Campo cujo objetivo foi ampliar

1 Professora de Educação do IFMA; Doutora em Letras pela UERJ; Mestra em Cultura e Sociedade pela UFMA; Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, campus São Luís Maracanã, flavia.pereira@ifma.edu.br.

a convivência dos estudantes das Licenciaturas, nas suas áreas de conhecimento, promovendo atividades que fortaleçam a formação docente, o processo educativo e a cidadania. As atividades desenvolvidas foram oficinas de ensino relacionadas às áreas de conhecimento de cada Licenciatura e envolveram os licenciandos desde o planejamento até a execução de cada uma das ações extensionistas, tais como: Práticas extensionistas na formação em Agropecuária dos estudantes da Casa Familiar Rural de Quebra Pote, São Luís/MA; Oficinas de Matemática para os estudantes dos anos finais do ensino fundamental em escolas do campo da zona rural de São Luís/MA; Oficinas de construção de Saberes Agroecológicos e Educação Ambiental. A execução desses Projetos de Extensão possibilitou uma nova perspectiva para a formação docente, articulando ensino, pesquisa e extensão, e possibilitando práticas pedagógicas mais diversificadas.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão, Licenciatura, Formação Docente, Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão universitária no Brasil tem se afirmado como tema central nas instituições de ensino superior públicas e privadas, na medida em que se busca tornar a extensão não apenas uma atividade paralela, mas um componente curricular obrigatório e estruturante da formação docente. Este artigo tem por objetivo analisar a trajetória da curricularização da extensão no Brasil, nos últimos dez anos, a partir de seus marcos legais e regulatórios, bem como as experiências extensionistas e desafios de implementação da extensão curricularizada nos cursos de Licenciatura do IFMA Campus São Luís Maracanã.

Os Cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias e Licenciatura em Educação do Campo ofertados pelo IFMA Campus São Luís Maracanã tem como princípios formativos o trabalho, a cultura e a pesquisa, além da interdisciplinaridade como matriz formadora. Eles vêm sendo constituídos a partir das experiências construídas nos últimos 15 anos, como os primeiros cursos de graduação do IFMA Campus São Luís Maracanã.

A extensão curricularizada está prevista no Plano Nacional de Educação de 2014-2024 (PNE), que tem como uma das estratégias assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. Em consonância com o PNE, o IFMA regulamentou a curricularização da extensão através da Resolução CONSUP/IFMA nº 32 de 4 de novembro de 2021, que no Artigo 13 prevê como um de seus princípios a “efetividade dos impactos social e acadêmico dos cursos, com promoção à inserção territorial”.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura do IFMA Campus São Luís Maracanã preveem que as atividades de extensão para fins de curricularização deverão garantir que todos os(as) estudantes atinjam a carga horária mínima esperada, com a participação por grupos ou individualmente, e em momentos diferentes para cada estudante ou grupo. (IFMA, 2023).

Os projetos de extensão curricularizada desenvolvidos no âmbito das Licenciaturas se fundamentam na necessidade de aproximar a formação acadêmica das demandas sociais, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a regulamentação da curricularização da extensão pelo IFMA. As iniciativas das atividades curriculares de extensão visam fortalecer a interação entre o IFMA e as comunidades da zona rural de São Luís/MA e dos demais municípios atendidos pelos cursos, tendo como objetivo principal potencializar a formação dos estudantes das Licenciaturas do IFMA e do público da educação básica das comunidades, promovendo desenvolvimento social e sustentável, além de desenvolver metodologias inovadoras, fortalecendo a relação IFMA-Comunidades na realização de oficinas práticas em Agropecuária, Robótica, Educação do Campo, Matemática, Ciências da Natureza, entre outras áreas de atuação das Licenciaturas.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: BREVE HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS

A extensão universitária, como prática que articula as instituições de ensino superior com a sociedade em ações de pesquisa, ensino e atividades culturais, tem sido consolidada no Brasil como função institucional dessas instituições. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conferindo à extensão uma atribuição estruturante na educação superior.

A partir da vigência da Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 (PNE 2014-2024) e de normas específicas, a curricularização da extensão se organiza como estratégia para assegurar a inserção de atividades extensionistas na matriz curricular dos cursos de graduação. Neste sentido, a Meta 12, Estratégia 12.7 do PNE determina a obrigatoriedade de que, no mínimo, 10 % da carga horária dos cursos de graduação sejam destinados a programas e projetos de extensão universitária orientados

prioritariamente para áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014). A implementação dessa medida obrigatória tem se apresentado, porém, como desafio significativo para os Institutos Federais de Educação e Universidades.

A extensão universitária, no contexto brasileiro, evoluiu de uma atividade de difusão de conhecimentos para uma prática de interação transformadora entre instituições de ensino superior e sociedade. Nesse processo, a curricularização da extensão refere-se à inserção obrigatória de atividades extensionistas no currículo dos cursos de graduação, integrando-as como componente curricular formativo e reconhecido academicamente. Nas licenciaturas, essa diretriz reafirma a extensão universitária como um processo indissociável do ensino e da pesquisa, como reforça a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Para Gadotti (2017), a extensão universitária não pode mais ser compreendida sob uma ótica assistencialista, mas como uma ação comunicativa e emancipadora, fundamentada na teoria freiriana (1983) de que todo conhecimento se constrói na interação entre sujeitos, por meio da escuta, do diálogo e da problematização da realidade.

A LDB (Lei nº 9.394/1996) reconhece a extensão universitária como finalidade da educação superior, em seu artigo 43, VII: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996). Em 2018, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 regulamentou as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, definindo que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação e serem parte integrante da matriz curricular (Brasil, 2018). Instituições e Fóruns de Extensão (como Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior – FORPROEX) tem publicado documentos de diretrizes para implementação da curricularização nas instituições de ensino superior (2012).

Embora o marco legal seja explícito quanto à obrigatoriedade da curricularização da extensão, sua operacionalização nas Instituições de Ensino Superior encontra diversos entraves: reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), organização de carga horária, formação docente, integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, e garantia de condições objetivas institucionais (recursos, estrutura, materiais, transporte) para a prática extensionista.

As atividades curriculares de extensão, no âmbito das Licenciaturas, precisam ser significativas, articuladas com a comunidade e capazes de contribuir para formação cidadã e comprometida com a formação docente. Nesse sentido, autores apontam que a curricularização abre espaço para ressignificar a formação superior, aproximando-a das demandas sociais. Segundo Miguel (2023),

Nos guias ou documentos de curricularização consultados notamos o compromisso com uma formação profissional, científica, técnica, acadêmica, mas sobretudo humanística. Sobressaltam propostas de envolvimento dos estudantes com os diversos setores da sociedade, incentivando a participação efetiva e consciente na relação dialógica a ser estabelecida, nos debates contemporâneos e na busca de encaminhamento de demandas sociais a partir dos princípios e diretrizes da extensão universitária, articuladamente às ações de ensino e pesquisa. (Miguel, 2023, p.7-8).

Nesse sentido, a experiência extensionista torna-se um espaço privilegiado de formação cidadã e crítica, pois coloca os educandos em contato direto com os desafios e as potências dos territórios em que atuam. Ao mesmo tempo, permite às instituições de ensino superior repensar sua função social, estimulando práticas pedagógicas mais contextualizadas e democráticas.

No âmbito do IFMA, a Resolução CONSUP/IFMA nº 32 de 4 de novembro de 2021, regulamenta a Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, orientando questões relacionadas à forma de organização das cargas horárias nos currículos dos cursos de graduação (Bacharelados, Licenciaturas e Tec-

nólogos) ofertados no IFMA, na forma de componentes curriculares específicos ou como parte de componentes curriculares, propiciando a articulação da comunidade interna com a comunidade externa, visando a construção coletiva do conhecimento que resulta da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Além dessa regulamentação, a Resolução IFMA n° 162/2022 de 6 de setembro de 2022 aprovou a Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (2022), que visa orientar o desenvolvimento da extensão no âmbito da Instituição e de suas atividades junto às comunidades de abrangência, em consonância com a legislação vigente para a Educação Profissional e Tecnológica, tendo como finalidade promover o desenvolvimento de ações extensionistas de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional e Tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os diferentes segmentos da sociedade.

METODOLOGIA

Com base em referenciais teóricos e metodológicos da Curricularização da Extensão e dos demais componentes curriculares que compõem as matrizes dos cursos de Licenciatura do IFMA campus São Luís Maracanã, foram propostas atividades de extensão desenvolvidas nas escolas de educação básica das zonas rurais dos municípios de Alto Alegre do Pindaré, Rosário, Turiaçu e São Luís/MA. As Atividades Curriculares de Extensão descritas nesse artigo correspondem às ACE I, II, III e IV ministradas nos semestres de 2023.2 a 2025.1 das Licenciatura em Ciências Agrárias e Licenciatura em Educação do Campo respectivamente. (IFMA, 2023)

Esses Projetos de Extensão Curricularizada se organizaram a partir de visitas técnicas, cujo objetivo foi realizar um diagnóstico das demandas das escolas e dos estudantes para planejamento e execução dos Projetos de Extensão. Após o diagnóstico, foram realizadas reuniões de planejamento

com a gestão das escolas e professores das áreas específicas (Agropecuária, Matemática, Ciências da Natureza) com e equipe de professores do IFMA e licenciandos para alinhar as necessidades das escolas com as possibilidades do IFMA Campus São Luís Maracanã.

A partir desse alinhamento de demandas, foram propostas como metodologias para execução dos Projetos de Extensão:

- Elaboração de Planos de Intervenção pelos professores do IFMA, das escolas atendidas e acadêmicos dos cursos de LCA e LEDOC;
- Seleção dos conteúdos, insumos necessários e recursos didáticos para serem trabalhados nas oficinas de Agropecuária, Educação do Campo (Matemática e Ciências da Natureza) e robótica;
- Definição do cronograma das ações, oficinas e organização das equipes responsáveis por cada ação de acordo com as áreas de conhecimento;
- Execução das Oficinas de Agropecuária (Avicultura), Educação do Campo (Matemática e Ciências da Natureza) e robótica nas escolas de educação básica e no IFMA campus São Luís Maracanã.

Para a efetiva realização das Atividades Curriculares de Extensão, a proposta metodológica foi de característica participativa e colaborativa, de acordo com as especificidades da Educação do Campo e das Ciências Agrárias, atendendo sobretudo às orientações voltadas à formação de professores da educação básica.

Os estudantes das Licenciaturas foram os protagonistas das atividades, já que planejaram e ministraram as atividades sob a orientação dos docentes envolvidos e acompanhamento das Coordenações de Curso na realização dos projetos nas escolas. Os acadêmicos foram os responsáveis pela seleção das temáticas trabalhadas e pela elaboração dos materiais, recursos didáticos e atividades experimentais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias e Licenciatura em Educação do Campo ofertados pelo IFMA Campus São Luís Maracanã tiveram seus Projetos Pedagógicos de Cursos reformulados e atualizados no ano de 2022, em um processo de elaboração de matrizes de referência, que representaram, entre outras alterações, a destinação de 10% da carga horária do curso para as denominadas Atividades Curriculares de Extensão (ACE). Os Colegiados de Curso optaram para que essa carga horária fosse organizada sob a forma de “Componentes Curriculares Específicos de Extensão, inseridos na estrutura da matriz curricular do curso, cuja carga horária deve ser totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos(as) estudantes” (IFMA, 2021).

As ACE nas Licenciaturas do campus Maracanã passaram a ser implementadas no segundo semestre de 2023, no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) Terminalidade Matemática ofertado pelo PARFOR nos municípios de Alto Alegre do Pindaré e Turiaçu/MA. No semestre seguinte, foi o momento da Licenciatura em Ciências Agrárias (LCA) iniciar a atividade, que foi realizada em parceria com uma escola de ensino médio da zona rural de São Luís/MA. O objetivo da ACE foi aproximar essa escola do campus, conhecendo suas instalações e laboratórios vivos, como forma de divulgar o Curso, as atividades desenvolvidas naquele semestre e as possibilidades de atuação do licenciado em LCA no mercado de trabalho.

Na LEDOC Terminalidade Matemática PARFOR, a partir de um diagnóstico realizado nas escolas municipais de educação básica dos municípios atendidos, na área da disciplina Matemática, os acadêmicos levantaram as demandas junto aos estudantes do 5º ano do ensino fundamental sobre suas necessidades de reforço de conceitos básicos da Matemática, como aritmética, quatro operações básicas, números naturais. Diante dessas demandas, foram planejadas e executadas oficinas de Reforço de Matemática direcionadas para esse público-alvo. O planeja-

mento foi realizado a partir dos referenciais teóricos e metodológicos da Educação do Campo e dos demais componentes curriculares que compõem a matriz do curso.

Esse primeiro Projeto de Extensão se direcionou às práticas pedagógicas no ensino de Matemática em comunidades rurais, a partir de dados da educação formal e do diagnóstico sobre os estudantes do ensino fundamental acerca dos conhecimentos básicos da Matemática, com objetivo de realizar oficinas de intervenção nas escolas envolvidas. O objetivo das atividades de extensão foi estimular nos estudantes do ensino fundamental o interesse pela Matemática, tornando o ensino mais atrativo e facilitando a compreensão das operações básicas e números naturais, através do lúdico e jogos matemáticos, e potencializar o processo formativo dos estudantes da Licenciatura.

A prática de sua profissão pode iniciar a partir do estágio ou de projetos de extensão, que propõem a aproximação entre o acadêmico e a sociedade. Por isso, durante a graduação os acadêmicos que participam de projetos de extensão possuem uma oportunidade a mais de inserção na realidade que encontrará quando se tornar um profissional. A extensão possibilita ao acadêmico a experiência do contato entre o aprendizado na Universidade e a aplicabilidade de sua profissão na sociedade, conhecendo a prática de sua profissão. (Manchur et al, 2013, p.338)

As Atividades Curriculares de Extensão constantes nesse primeiro Projeto correspondem às ACE I e ACE II ministradas nos semestres 2023.2 e 2024.1 da Licenciatura em Educação do Campo Terminalidade Matemática. A proposta foi orientada e acompanhada pelos docentes das ACE e Coordenação do Curso.

Como estratégia metodológica de acompanhamento, os professores de ACE I e II dividiram as turmas em equipes, para que cada grupo pudesse executar a atividade de extensão na escola do campo localizada no povoado em que residem e/ou trabalham. Os povoados atendidos foram: Povoado Mineirinho, Povoado Boneca do Marçal, Povoado São Miguel, Povoado Centro dos Paulos e Povoado Centro do Bidário (Alto

Alegre do Pindaré/MA); Povoado Porto Santo, Povoado São Sebastião, Povoado Estrela Divina, Povoado Alto da Alegria, Povoado Cutia e Povoado Paxiba (Turiaçu/MA).

As atividades de diagnóstico das demandas das turmas, planejamento das oficinas, seleção dos conteúdos e organização dos materiais e jogos didáticos foram acompanhadas pelos professores de ACE I e II nas aulas realizadas durante o Tempo Universidade, bem como de forma remota em reuniões de orientação por equipes. Durante a etapa de realização das Oficinas nas Escolas, a Coordenação do Curso também acompanhou a execução nas comunidades rurais e territórios, em parceria com os docentes de ACE.

Conforme demonstrado no diagnóstico, o projeto justificou-se pelo déficit de conhecimentos nas operações básicas. Com o início das atividades, os acadêmicos encontraram uma realidade mais complexa, tais como: dificuldade em leitura e interpretação de texto, dificuldade em reconhecer e escrever os números, além da dificuldade nas quatro operações. Durante as oficinas, os estudantes se envolveram na utilização de recursos manuais, como a roleta, os dados, o boliche, o dominó, a gincana e o bingo, que incentivaram a competição saudável, tornando as atividades mais dinâmicas e a aprendizagem mais significativa, com a utilização de jogos e brincadeiras, pois o lúdico é fundamental para uma Matemática que se relacione com a realidade.

No curso LEDOC institucional, que é ofertado na sede do campus, foi desenvolvido o Projeto de Extensão “Oficinas das Atividades Curriculares de Extensão da LEDOC Matemática e Ciências da Natureza”, cuja proposta foi que os licenciandos desenvolvessem atividades junto aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental das escolas em que realizaram o diagnóstico durante o Tempo Comunidade (2024.2).

Segundo as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior (2023), a “Pedagogia da Alternância se caracteriza por dinâmicas pedagógicas que envolvem períodos de estudos letivos alternados entre Tempo Escola e Tempo Comunidade

na Educação Básica”. O Tempo Comunidade deve ser integrado ao Projeto Pedagógico, Currículo e Calendário, desenvolvido no território onde habitam os estudantes, abrangendo atividades e processos de pesquisa, experimentação e extensão, práticas sociais e laborais. (Brasil, 2023).

Como objetivo principal, a premissa foi valorizar os diferentes saberes dos povos e comunidades rurais como possibilidade de produção coletiva do conhecimento, além de possibilitar o planejamento coletivo e a implementação de metodologias inovadoras que favoreçam a aprendizagem da Matemática e das Ciências da Natureza dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental, a partir de estratégias metodológicas que possibilitaram a concretização das diretrizes e princípios da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância.

Os projetos buscaram responder a questões observadas nas visitas técnicas realizadas durante o diagnóstico: a ausência de práticas pedagógicas significativas no ensino de Ciências e Matemática, marcadas em geral por uma abordagem tradicional, as limitações de materiais e recursos didáticos e a necessidade de aproximação com a realidade das comunidades. Os licenciandos optaram pelo uso de metodologias ativas e a ludicidade, que rompem com a centralidade docente e promovem o protagonismo dos estudantes.

Diante desse cenário, as ações propostas se concentraram em criar oportunidades de aprendizagem ativa e reflexiva, mesmo dentro da estrutura das escolas, por meio de rodas de conversa e de uma gincana ecológica planejada com foco na utilização de jogos lúdicos e experimentos científicos.

No âmbito das Ciências da Natureza, a Gincana Ecológica, estruturada como parte do projeto, foi concebida como uma ação de intervenção que permitisse, ao mesmo tempo, abordar os conteúdos conceituais previstos no currículo de forma interdisciplinar e desenvolver competências socioambientais nos estudantes, por meio de jogos educativos, místicas, experimentos científicos e atividades práticas realizadas na escola de ensino fundamental. As atividades lúdicas e a gincana pedagógica uti-

lizaram de materiais recicláveis, incentivando o reaproveitamento e a responsabilidade ecológica. Também foram disponibilizados itens para o “bazar solidário”, como livros, canetas, lápis e pequenos objetos, promovendo cooperação e sustentabilidade.

Outra Atividade de Extensão foi a Oficina de Construção de Saberes Agroecológicos em uma Escola do Campo do Povoado São Miguel, Rosário/MA. Os licenciandos desenvolveram atividades interativas como *quiz*, jogo da memória, “adivinha o nome científico”, entre outras. A opção de levar essa temática para as salas de aula do 7º ano do ensino fundamental surgiu a partir das observações realizadas pelos acadêmicos, que identificaram a presença marcante da agricultura familiar na comunidade escolar, bem como a falta de abordagem sobre esse tema na disciplina de Ciências da Natureza. O projeto consistiu em trabalhar dinâmicas com o propósito de contextualizar conceitos teóricos com as experiências culturais e tradicionais da região e atividades de produção relacionadas à terra, a fim de estimular reflexão e a participação ativa dos estudantes durante a oficina pedagógica.

Foi esperado que os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo pudessem contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada ao público-alvo da Educação do Campo, em especial os estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º e 7º anos), nas disciplinas de Matemática e Ciências da Natureza. Essa mesma organização metodológica foi utilizada para as turmas de LEDOC PARFOR na ACE III (2024.2), através de oficinas de ensino de Matemática que utilizaram jogos digitais na aprendizagem da potenciação e radiciação para estudantes do 9º ano do ensino fundamental, promovendo a aplicação prática desse conhecimento.

No curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, no segundo semestre de 2024, foi iniciado o Projeto de Extensão Curricularizada “IFMA em Campo: práticas extensionistas na formação em Agropecuária dos estudantes da Casa Familiar Rural de Quebra Pote, São Luís/MA”, pensado a partir de visitas técnicas para reconhecimento das demandas dos estudan-

tes da Casa Familiar Rural de Quebra Pote, zona rural de São Luís/MA, uma escola que se organiza pela Pedagogia da Alternância e oferta o curso de formação profissional em Agropecuária, em nível ensino fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos. A curricularização da extensão deve integrar atividades de extensão que envolvam as instituições de ensino e a comunidade externa, por isso a proposta de intercâmbio com a CFR Quebra Pote.

A Casa Familiar Rural (CFR) de São Luís, situada na Estrada do Quebra Pote nº 1000, no bairro de Santa Helena, ocupa uma área de 20 hectares, e foi construída em parceria entre a Prefeitura Municipal de São Luís/MA e a ALUMAR. É uma instituição de ensino que visa oferecer aos jovens da zona rural uma formação integral adequada à sua realidade, que lhes permita atuar com uma formação profissional voltada para atividades agrícolas. Essa escola, que se organiza pela Pedagogia da Alternância, é mantida e administrada pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís/MA e segue as diretrizes pedagógicas da Associação das Casas Familiares Rurais do Maranhão (ARCAFAR-MA).

O objetivo do Projeto de Extensão foi promover a integração dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias com as comunidades locais, por meio de atividades que fortaleçam a formação técnico-científica e cidadã, utilizando o planejamento e a execução das Atividades Curriculares de Extensão como ferramenta para estimular o desenvolvimento social, cultural e sustentável. As práticas extensionistas na formação técnica em Agropecuária na Casa Familiar Rural de Quebra Pote, a partir de atividades direcionadas aos estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental EJA, representaram a possibilidade de intervenção e intercâmbio entre os educandos da CFR e os acadêmicos do IFMA durante a realização de oficinas nas áreas de avicultura e robótica.

Após o diagnóstico, foram realizadas reuniões de planejamento com a gestão da escola e a equipe de professores do IFMA para alinhar as necessidades da CFR com as possibilidades do IFMA Campus São Luís Maracanã. A partir desse alinhamento de demandas, foi elaborado o

Plano de Intervenção pelos professores do IFMA e acadêmicos dos cursos de LCA para, em seguida, proceder a seleção dos conteúdos, insumos necessários e recursos didáticos para as oficinas nas áreas de agropecuária e robótica.

A execução das oficinas na área de avicultura evidenciou a efetividade das metodologias participativas no processo ensino-aprendizagem. A utilização de jogos pedagógicos, como o jogo da memória com raças comerciais de aves, mostrou-se eficaz no trabalho de conceitos técnicos, transformando conteúdos complexos em conhecimentos acessíveis e aplicáveis. Durante as atividades práticas, observou-se crescente engajamento dos estudantes, que passaram a compartilhar experiências familiares com criação de aves e a formulação de questionamentos técnicos.

A visita técnica ao setor de avicultura do IFMA campus São Luís Maracanã representou marco importante na articulação teoria e prática, na qual os estudantes da CFR Quebra Pote demonstraram capacidade de relacionar os conteúdos aprendidos com a realidade observada, identificando aspectos como manejo alimentar, condições de biossegurança e cuidados com o bem-estar animal. Esta vivência prática reforça as contribuições de Silva et al (2022) sobre a importância do diálogo entre conhecimento técnico-científico e saberes populares, pois os estudantes não apenas assimilaram novas técnicas, mas também as reinterpretaram, construindo conhecimentos contextualizados.

Na área de Robótica, a atividade apresentou uma breve explanação sobre a robótica e seus benefícios no contexto da agropecuária, foi realizada ainda a apresentação dos kits de robótica, com demonstração do funcionamento e montagem de protótipos simples. Os estudantes da CFR participaram ativamente da montagem e programação dos robôs, experimentando diferentes tipos de sensores. A interação foi marcada pelo interesse e curiosidade, com várias sugestões de aplicações para irrigação e monitoramento do trabalho. As dinâmicas em grupo estimularam a cooperação e a resolução de problemas, confirmando a eficácia da metodologia proposta para a oficina.

Para os licenciandos, a experiência revelou-se bastante formativa, proporcionando o desenvolvimento de competências pedagógicas fundamentais na prática docente. O processo de planejamento, execução e avaliação das oficinas permitiu aos futuros professores vivenciarem o processo de organização da ação docente, desde a diagnóstico de necessidades educativas até a avaliação da aprendizagem, fortalecendo a identidade profissional e ampliando a compreensão sobre a relevância do professor de Ciências Agrárias como mediador entre conhecimento científico e realidade produtiva local.

Esse Projeto teve continuidade no primeiro semestre de 2025, com a realização de oficinas na CRF Quebra Pote e no próprio campus. No IFMA, no setor Fábrica de Inovação, os estudantes do 6º ano do ensino fundamental foram recebidos pelos acadêmicos de LCA para oficinas de montagem de kits na área de Robótica. Além dessa atividade, a CFR Quebra Pote recebeu 100 (cem) pintainhas (aves de postura) para um trabalho de acompanhamento desse manejo, desde o recebimento das aves com 2 dias de vida até a fase de postura (22 semanas). O objetivo é acompanhar o desenvolvimento do ciclo completo da produção e possibilitar que a CFR produza aves e ovos para seu próprio consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão no Brasil, nos últimos anos, apresentou-se como estratégia normativa e institucional para consolidar a extensão como componente curricular na educação superior, e seu percurso normativo apresenta coerência de regulamentação. A intensa produção acadêmica tem contribuído para a compreensão dos significados, desafios, perspectivas e necessidades desse processo formativo.

Entende-se, dessa forma, que a curricularização da extensão busca estreitar a relação entre Instituições de Ensino Superior e as comunidades, permitindo diálogo e troca de saberes e experiências. De forma prática, a Extensão pode ocorrer em diferentes modalidades, como ações, cur-

tos, eventos, programas e projetos interdisciplinares de extensão, entre outras possibilidades. As ações desenvolvidas em atividades curriculares de extensão deverão priorizar temas que contemplem a interdisciplinaridade, a formação humana e acadêmica dos estudantes, como ferramenta para estimular o desenvolvimento social, cultural e sustentável.

Entretanto, persistem entraves objetivos quanto à sua implementação, às condições institucionais e à avaliação dos impactos formativos e sociais. Avanços na curricularização da extensão exigem não apenas o cumprimento de percentuais de cargas horárias, mas sobretudo repensar a cultura institucional, formação docente e articulação ensino-pesquisa-extensão de forma efetiva.

Como resultados esperados, além de potencializar o processo formativo dos estudantes dos Cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias e Licenciatura em Educação do Campo do IFMA Campus São Luís Maracanã, a partir do planejamento e execução das Atividades Curriculares de Extensão, também foi almejado que os licenciandos sejam capazes de contribuir para a melhoria da qualidade da formação profissional dos estudantes da educação básica da zona rural de suas comunidades.

Espera-se que a execução das Atividades Curriculares de Extensão possibilite uma nova perspectiva para a formação dos licenciandos, no sentido de articular efetivamente ensino, pesquisa e extensão, de forma a compartilhar saberes e práticas mais abrangentes e diversificadas, além de promover a autonomia e a avaliação constante das atividades desenvolvidas.

Através da experiência da extensão curricularizada, tem sido possível estabelecer um diálogo profícuo entre o IFMA Campus São Luís Maracanã e as comunidades, visando fortalecer a presença e divulgação dos Cursos ofertados na zona rural que cercam esta Instituição, além do desenvolvimento de saberes e práticas relacionadas à curricularização da extensão nos Cursos de LCA e LEDOC, desde os processos de planejamento, execução e avaliação das ações e o acúmulo de conteúdos e técnicas relacionadas às áreas Agropecuária, Educação do Campo e Robótica,

tanto para os estudantes das Licenciaturas, quanto para os estudantes das escolas envolvidas nos Projetos.

A produção de relatórios das atividades pelas coordenações, professores de ACE e licenciandos tem resultado em artigos e comunicações científicas sobre as experiências vivenciadas nos Projetos, bem como participação em eventos e publicação em revistas/periódicos especializados, em forma de relatos de experiência, além de uma base sólida para o desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), pesquisas científicas e outras Ações de Extensão e eventos.

A disseminação dos resultados também tem sido relevante, através registros fotográficos publicados nas redes sociais oficiais dos cursos superiores envolvidos, que servem como base para a publicização nos sites oficiais do IFMA e das escolas participantes. Para pesquisas futuras, recomenda-se investigar os impactos para os egressos e comunidades, além de reflexões sobre a extensão curricularizada como uma dimensão formativa estratégica e não apenas mais uma exigência curricular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº1 de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº1 de 16 de agosto de 2023. **Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior**. Brasília: MEC, 2023.

CALDART, R. S. et al (orgs.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FORPROEX. **Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. Política Nacional de Extensão Universitária. UFAM: Manaus, 2012.

IFMA. Instituto Federal do Maranhão. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo**. Instituto Federal do Maranhão. São Luís: IFMA, 2023, 238 p.

IFMA. Instituto Federal do Maranhão. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias**. Instituto Federal do Maranhão. São Luís: IFMA, 2023, 238 p.

_____. Resolução CONSUP/IFMA nº 32 de 4 de novembro de 2021. Dispõe sobre a **Regulamentação da Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. São Luís: IFMA 2021.

_____. Resolução CONSUP/IFMA nº 162 de 6 de setembro de 2022. Dispõe sobre a aprovação da **Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. São Luís: IFMA 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. **Instituto Paulo Freire**, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

MANCHUR J. et al. A contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciaturas. **Revista Conexão UEPG**. Ponta Grossa, v. 9, n. 2 - jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao>. Acesso em 18 out. 2025.

MIGUEL, José Carlos. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.11534. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/11534>. Acesso em: 9 nov. 2025.

SILVA, José Ribeiro da; AMORIM, João Batista Barros do. Extensão Universitária e Agricultura Familiar: um diálogo promissor para a formação profissional nas Ciências Agrárias. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 0390-0406, 2022. DOI: 10.48017/dj.v7i1.2022. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2022. Acesso em: 19 out. 2025.